

LITERATURA E MEMÓRIA DA DITADURA: NOTAS SOBRE O PERÍODO 2010-2016

LITERATURE AND MEMORY OF THE DICTATORSHIP: NOTES ON THE PERIOD 2010-2016

Recebido em: 31/05/2024
Reenviado em: 20/10/2024
Aceito em: 13/11/2024
Publicado em: 12/12/2024

José Carlos Freire¹ 

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar os traços gerais sobre a literatura de memória da ditadura no contexto de 2010 a 2016, momento em que se realizam os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. O percurso metodológico consiste em partir de uma abordagem conceitual, seguida de um levantamento geral de romances mais relevantes do período proposto para que, por fim, analisemos uma obra em particular. Dessa forma, faremos, no primeiro tópico, uma discussão conceitual sobre memória, articulando trabalhos teóricos sobre o tema; no segundo tópico, apresentaremos um conjunto de romances escritos entre 2010 e 2016 e que tratam sobre o tema da ditadura; no terceiro tópico destacaremos, como obra referencial do período analisado, o romance *K. Relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski. No último tópico apontaremos algumas notas sobre o contexto contemporâneo a partir da discussão feita nas partes anteriores, concluindo a nossa discussão pela importância da literatura como exercício de memória da ditadura, sobretudo em tempos nos quais o fantasma do autoritarismo insiste em nos assombrar.

Palavras-chave: Literatura; Memória; Testemunho; Ditadura.

Abstract: The article intends to present the general aspects of the literature on the memory of the dictatorship in the context of 2010 to 2016, when the work of the Comissão Nacional da Verdade was carried out. The methodological route consists of starting with a conceptual approach, followed by a general survey of the most relevant novels from the proposed period, and finally analyzing one novel in particular. In the first section, we will discuss the concept of memory, articulating theoretical works on the theme; in the second section, we will present a set of novels written between 2010 and 2016 that deal with the theme of the dictatorship; in the third section, we will highlight the novel *K. Relato uma busca* (2011) by Bernardo Kucinski as a reference work from the period analyzed. In the last topic, we'll signal some notes on the contemporary context based on the discussion made in the previous parts, reinforcing the importance of literature as an exercise in remembering the dictatorship, especially in times when the ghost of authoritarianism insists on haunting us.

Keyword: Literature; Memory; Testimony; Dictatorship.

INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas que sucederam os primeiros anos da ditadura brasileira, distintas propostas foram feitas para o entendimento sobre a literatura do período. Em geral, destacam-se obras como *Quarup* (1967), *Bar Don Juan* (1971) de Antonio Callado, *Incidente em Antares* (1971) de Érico Veríssimo, *Zero* (1975) de Inácio de Loyola Brandão, *Em câmara lenta* (1977)

¹ Professor Associado da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: freire.jose@ufvjm.edu.br

de Renato Tapajós, *O que é isso companheiro* (1979) de Fernando Gabeira e *Os carbonários* (1980) de Alfredo Sirkis.

No entanto, é enorme a variedade de romances não só da década de 1970, mas nas décadas seguintes, entrando pelo século XX. Para ficar em apenas alguns casos temos, nos anos 1980, *Um romance de geração* (1980) de Sérgio Sant'Anna, *Não veras país nenhum* (1981) de Inácio de Loyola Brandão, *Feliz Ano Velho* (1982) de Marcelo Rubens Paiva e *A voz submersa* (1984), de Salim Miguel.

Nos anos 1990 não faltam exemplos como: *Onde andarás Dulce Veiga* (1990) de Caio Fernando Abreu, *Primeiro de abril* (1994) de Salim Miguel, *Benjamin* (1995) de Chico Buarque e *Amores exilados* (1997) de Godofredo de Oliveira Neto. Nos anos 2000 teríamos, entre outros: *Dois irmãos* (2000) e *Cinzas do norte* (2005) de Milton Hatoum; *Não falei* (2004) de Beatriz Bracher; *O fantasma de Buñuel* (2004) de Maria José Silveira e *A chave da casa* (2007) de Tatiana Salem Levi.

Embora se possa observar, nos inúmeros estudos sobre o tema, a ausência de consenso em torno de qual momento e quais obras demarcariam o início de uma *literatura de memória* da ditadura brasileira, é possível visualizar um movimento de *registro* dos acontecimentos mais ou menos definido nos romances a partir da metade da década de 1970. O de Fernando Gabeira talvez seja aquele que encontra maior adesão dos estudiosos em torno de uma classificação como testemunho, depoimento ou algo similar – de qualquer forma sinalizando um procedimento de cunho memorialista na narrativa.

Tal dificuldade em demarcar o início da memória da ditadura nos romances brasileiros não nos parece um problema, dada a complexidade do nosso regime ditatorial, assim como a lenta abertura e redemocratização. Desse modo, é possível tanto encontrar ainda no contexto da ditadura elementos de uma literatura memorialista ou testemunhal quanto no período posterior à Lei de Anistia já que esta estabelece formalmente uma transição. No presente artigo, consideramos como *literatura de memória da ditadura* aquela que trata da ditadura tomando como ponto de partida o contexto da Lei de Anistia de 1979. Deste amplo arco histórico, vamos nos debruçar sobre o período de 2010 a 2016, elegendo como obra referencial o romance *K. Relato de uma busca* (2011) de Bernardo Kucinski.

Desse modo, o presente artigo está assim organizado: na primeira parte do texto faremos uma discussão sobre memória e também acerca da literatura com testemunho da ditadura; a segunda parte tem uma finalidade de exposição sumária das obras mais significativas do período de 2010 a 2016; na terceira parte pretendemos nos dedicar, de modo específico, sobre

o romance *K. Relato de uma busca* de Bernardo Kucinski; por fim, apresentaremos algumas notas sobre o contexto contemporâneo brasileiro, tendo como referência o percurso argumentativo anterior, reforçando, como resultado do trabalho, a importância da literatura de memória da ditadura.

LITERATURA COMO *TESTEMUNHO* DA DITADURA

Na segunda metade do século XX, precisamente após a década de 1960, ganhou destaque na América Latina a chamada literatura de testemunho (*testimonio*). Além de se apresentar como narrativa do trauma das ditaduras – nesse sentido, semelhante à literatura sobre os campos de concentração da II Guerra – e, por isso, restabelecer a memória da repressão, ocorre também, como afirma Brito Júnior (2013), o esforço em contribuir para a volta da ordem democrática. Como salienta o autor, “o que a tradição do *testimonio* configura é um ‘arquivo’” (BRITO JÚNIOR, 2013, p. 72, grifo do autor).

Nesse sentido, cabe resgatar a reflexão de Giorgio Agamben acerca do caráter dialético do testemunho. Para o autor, o testemunho é “uma possibilidade de dizer” que “só pode acontecer por meio da relação com uma impossibilidade de dizer”; ou, dito de outra maneira, o “testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar” (AGAMBEN, 2008, p. 147).

Há um triplo sentido etimológico de testemunho na perspectiva do autor. Em primeiro lugar, o sentido de *testis*, ou seja, “testemunha enquanto intervém como terceiro na disputa entre dois sujeitos”; segundo, *superstes*, aquele que “viveu até o fundo uma experiência, sobreviveu à mesma e pode, portanto, referi-la a outros”; por fim, *auctor*, aquele que se refere a algo, mesmo fora da sua experiência, que julga necessário narrar e “cuja realidade e força devem ser convalidadas ou certificadas” (AGAMBEN, 2008, p. 150).

Sob esta chave interpretativa, a literatura sobre a ditadura funciona como *testemunho* dos que, impossibilitados de dizer, emprestam sua voz ao *auctor* – aquele que, muitas vezes não tendo sofrido até as últimas consequências da repressão, recebe daqueles que o fizeram (*superstes*) ou daqueles que presenciaram isso com companheiros (*testis*) a *autoridade* de testemunhar por eles. Isso implica dizer que, se nos distanciamos do campo jurídico e institucional, no qual nosso país mostra, ainda hoje, dificuldade em apurar os crimes da ditadura, com a punição dos culpados, a literatura de memória da ditadura brasileira do início do século XX continua a encontrar sua força, sobretudo, no sentido de *auctor*.

Esta literatura produzida nos últimos anos, não obstante a diversidade de estilos, guarda, portanto, um traço comum e que foi salientado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 87): eles “se distanciam do puro testemunho porque os autores não são *superstes*, não foram vítimas diretas da repressão, ou, pelo menos, não se apresentam no papel de vítimas de tortura”. Em outros termos, são romances em que a modalidade do *auctor* está mais evidenciada.

Estas breves considerações nos parecem suficientes para que se superem duas concepções reduzidas quanto à literatura que trata de contextos de ditadura. A *primeira* dela é que estabelece uma hierarquia entre escritos históricos e literários. Nesta perspectiva, apenas as narrativas factuais, compreendidas como as únicas que possuem objetividade, poderiam dar conta de fatos como a tortura e as prisões. No entanto, como afirma Finazzi-Agrò (2014, p. 181), quando tratamos de situações traumáticas ocorre exatamente o oposto: existe uma “dificuldade da História em dar conta, de forma exaustiva, daquilo que realmente aconteceu e, sobretudo, em dar voz àqueles que não sobreviveram”.

Não se trata, evidentemente, de desmerecer o registro historiográfico da repressão, tortura, desaparecimento e assassinato de pessoas, posto que tal registro é fundamental – é o dever de memória de qualquer país que tenha enfrentado situações assim. Trata-se apenas de notar que ele – o registro historiográfico – não alcança a profundidade do testemunho, cujo veículo da literatura demonstra ser um dos mais eficientes, que possibilita a “comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes” (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p.181).

A *segunda* concepção reducionista sobre a literatura que trata de ditadura diz respeito à legitimidade da narrativa. Teria validade, nesse caso, apenas a palavra de quem sofreu diretamente as torturas ou as contemplou. No entanto, se tomamos o sentido testemunhal de *auctor*, constatamos que a literatura escrita quatro décadas depois continua a atualizar o horror dos porões do regime. Mais que isso: mesmo que o autor não tenha vivido ou presenciado a tortura, mesmo que escreva um romance inteiramente ficcional, ele dá *testemunho* do que ocorreu, recebendo das vítimas a *autoridade* de narrar por elas.

Na sequência, passamos a tratar dos aspectos mais gerais de alguns romances representativos do período de 2010 a 2016, apoiados, sobretudo, no trabalho de Eurídice Figueiredo².

² As obras que sinalizaremos a seguir, aqui apenas sumariadas, são analisadas com pormenores pela autora, assim como as dos dois períodos anteriores, em extenso capítulo dedicado à literatura sobre ditadura (FIGUEIREDO, 2017, p. 41-123). Saliente-se que, embora estabeleça o terceiro período de 2000 a 2010, a autora se concentra na

LITERATURA DE MEMÓRIA DA DITADURA NO PERÍODO 2010-2016

Em sua abordagem, Eurídice Figueiredo (2017) propõe uma tipologia na qual organiza os romances estudados³. Num primeiro bloco estão aqueles que a autora denomina “romances com histórias cruzadas”, marcados por temas recorrentes da literatura do gênero como a prisão e a tortura, mesclando memória e vida cotidiana. São eles: *Vidas provisórias* (2013) de Edney Silvestre, *Qualquer maneira de amar* (2014) de Marcus Veras, *Tempos extremos* (2014) de Míriam Leitão. Edney Silvestre – que publicara, em 2011, *A felicidade é fácil*, também com temática concernente à ditadura – apresenta duas histórias, uma nos anos 1970 e outra duas décadas depois. O exílio provocado transfigura-se, na segunda história, em imigração ilegal, neste caso, causada pela crise econômica e falta de perspectivas dos anos 1990 no Brasil.

O romance de Marcus Veras também alterna duas temporalidades, uma nos anos 1970 e outra no presente. Ganha destaque o tema dos desaparecimentos, inclusive de pessoas que nada tiveram a ver com a militância política. Já o romance de Míriam Leitão cruza a história da repressão da ditadura com os tempos da escravidão. As marcas da violência da sociedade brasileira comparecem na narrativa, assim como o trauma e suas consequências.

O segundo tópico da tipologia sugerida por Eurídice Figueiredo é chamado “Araguaia como trauma”. Roberto Vecchi (2014, p. 133), no referido dossiê da Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, define a repressão à guerrilha do Araguaia como “o mais spectral e, por paradoxo, se diria, o mais contemporâneo dos seus silêncios, das suas narrativas lacunosas e dispersas”. Na mesma direção, Figueiredo (2017, p. 90) afirma que a “história do Araguaia continua obcecando, porque os corpos dos militantes nunca foram entregues às famílias, nada foi reconhecido pelo Exército e nenhum pedido de desculpas formal foi feito”.

Como elaboração desse evento exemplar do que foi o regime ditatorial no país a autora reúne os romances: *Antes do passado* (2012) de Liniane Haag Brum, *Palavras cruzadas* (2015)

última década. Na primeira década do século é estudado apenas o romance *Não falei* (2004) de Beatriz Bracher. Outros são mencionados, mas sem estudo aprofundado: *Dois irmãos* (2000) e *Cinzas do Norte* (2000) de Milton Hatoum e *Não és tu, Brasil* (2007) de Marcelo Rubens Paiva.

³ Alguns romances do mesmo período são citados, mas não desenvolvidos: *Memórias do esquecimento* (1999) de Flávio Tavares, *Estive lá fora* (2012) de Ronaldo Correia de Brito e *Bazar Paraná* (2015) de Luis S. Krausz. Alguns romances do período e que foram estudados por outros críticos estão ausentes do trabalho de Eurídice Figueiredo. É o caso de: *Uma tempestade como a sua memória* (2003) de Martha Vianna, *O fantasma de Buñuel* (2004) de Maria José Silveira e *A chave da casa* (2007) de Tatiana Salem Levy. No mesmo ano de publicação do livro da autora, mas sem tempo hábil de compor seu estudo, vinha a público o livro *Noite da espera* de Milton Hatoum, primeiro de uma trilogia em desenvolvimento, cujo segundo volume, *Pontos de fuga*, foi publicado em 2019). Ainda assim, o estudo de Eurídice Figueiredo constitui o maior esforço de mapeamento e estudo de obras da literatura que trata da ditadura no Brasil que pude levantar na pesquisa.

de Guiomar de Grammont e o já referido *Azul Corvo*. No livro de Liniane Brum há uma extensa pesquisa que persegue a elaboração do romance, evidenciando aspectos como o desaparecimento e a estratégia das informações falsas por parte dos aparelhos repressivos, como forma de duplicar a dor das famílias – assim como em *K. Relato de uma busca* (2011) de Bernardo Kucinski. O livro de Guiomar de Grammont igualmente supõe uma investigação na região do Araguaia e também trata do tema do desaparecimento e o luto que não se completa. Além disso retrata a violência do Exército em relação à população local.

No romance *Azul corvo*, de Adriana Lisboa, militância política e repressão passam a ser compreendidos na busca da personagem pelo seu passado, portando, na geração de sua mãe biológica e seu pai adotivo. Para Eurídice Figueiredo, a obra apresenta tanto características de um *romance de formação* quanto de uma *narrativa de filiação*, e é nesse cruzamento que o trauma do Araguaia ganha relevância⁴.

Um terceiro tópico indicado por Eurídice Figueiredo é formado pelos “romances e relatos memoriais”. Nesse grupo, a autora reúne as obras: *Não falei* de Beatriz Bracher, *Volto semana que vem* (2015) de Maria Pilla, *Ainda estou aqui* (2015) de Marcelo Rubens Paiva e *Outros cantos* (2016) de Maria Valéria Rezende. O livro de Beatriz Bracher trata das memórias do narrador que viveu a prisão e a tortura, além de articular a história de gerações diferentes, como a dos filhos e netos. Como há várias vozes articuladas na narrativa, a memória da experiência da ditadura também aparece sob vários ângulos. A dúvida do protagonista sobre ter ou não falado sob tortura remete ao conflito interno, por vezes marcado pela culpa daqueles que sobreviveram à repressão⁵.

Em *Volto semana que vem* Maria Pilla apresenta relatos de militância e exílio na Argentina e, depois, na França. A presença da Argentina é marcante no romance, inclusive com a história do jornalista daquele país Rodolfo Walsh, vítima da ditadura que lá se instalou em 1976. Como recorda Eurídice Figueiredo, o romance mostra a articulação existente entre organizações políticas de resistência, assim como entre agentes de repressão na região do Cone Sul.

⁴ Quanto à *formação* (*Bildungsroman*) como referência nos romances modernos o protótipo é a obra de Goethe intitulada *Os anos de formação de Wilhelm Meister* que apresenta um processo de desenvolvimento do personagem ao longo da trama até encontrar sua maturidade. Para uma compreensão crítica acerca do conceito de *Bildungsroman* ver o trabalho de Manoela Oliveira (2013). Sobre as *narrativas de filiação* como manifestações contemporâneas do gênero autobiográfico, ver artigo de Laura Campos (2017).

⁵ O tema dos sobreviventes aos regimes totalitários ou ditatoriais é deveras sensível. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos de Primo Levi, *É isto um homem?* (LEVI, 1988) e *Os afogados e os sobreviventes* (LEVI, 2016) a respeito dos campos de concentração. Não por acaso há romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, uma referência direta ao autor italiano na parte em que trata dos sobreviventes da ditadura.

Marcelo Rubens Paiva retoma o estilo autobiográfico que havia desenvolvido no seu famoso livro *Feliz ano velho* de 1982. A prisão e desaparecimento do pai do autor são apresentados, inclusive, lançando-se mão de novas informações que vieram a público a partir dos trabalhos da CNV. Há pontos em comum com o romance *K. Relato de uma busca* de Bernardo Kucinski, como no caso das pistas falsas oferecidas pelas autoridades para os familiares de desaparecidos⁶.

Em *Outros cantos*, Maria Valéria Rezende também opera com fragmentos de memória do passado, não só sobre a ameaça da repressão, mas também o trabalho formativo realizado junto às classes populares por grupos diversos naquele período. No caso da narradora trata-se de alfabetização a partir do método de Paulo Freire, o que não deixa de ter reminiscências de *Quarup*, na qual Antonio Callado também apresenta a alfabetização como forma de ação política, igualmente na Região Nordeste do Brasil.

No quarto tópico, nomeado por Eurídice Figueiredo de “OBAN e Operação Condor”, são reunidos os romances *O punho e a renda* (2010) e *Damas da noite* (2014), ambos de Edgar Telles Ribeiro⁷. No primeiro a trama se desenrola nos bastidores da diplomacia brasileira, evidenciando a colaboração com agentes estadunidenses e dos países do Cone Sul. A troca de informações, assim como envio de presos de um país a outro, aparece em ambos. No segundo surge a referência à OBAN (Operação Bandeirante), órgão de repressão paulista.

O quinto tópico é “Filhos do exílio”, no qual autora articula os romances *Mar azul* (2012) de Paloma Vidal e *A resistência* (2015) de Júlian Fuks. Em comum está o fato de que os autores têm origem familiar argentina e se mudaram para o Brasil. Por se tratar de romances com predominância de traços autobiográficos ficcionalizados, o que se observa nas narrativas é o movimento de personagens em fuga da Argentina para o Brasil – no caso do romance de Paloma Vidal a vinda se dá motivada pelo desaparecimento da quase-irmã da protagonista; no de Julian Fuks se trata de fuga da família com ameaça de prisão pela ditadura argentina estabelecida em 1976. Ambos os romances se firmam como exemplos contemporâneos de

⁶ Ressalte-se que entre os dois livros de sua autoria – *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015) – Rubens Paiva publicou o romance *Não és tu, Brasil* (2007) que, como sinalizamos anteriormente, não foi analisado profundamente por Eurídice Figueiredo como os demais. Este romance tem particular relevância, não só porque trata de temáticas semelhantes como perseguição, suborno de testemunhas, notícias falsas etc., mas por se passar no Vale do Ribeira, nos anos 1970, enfocando o cerco à VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, organização guerrilheira comandada por Carlos Lamarca. A deserção de Lamarca é, sem dúvida, um dos pontos mais sensíveis para as Forças Armadas do Brasil e constitui, certamente, um dos fatores que mobilizam, ainda em nossos tempos, o ódio à guerrilha e ao comunismo, como bem expressa o ex-presidente presidente do país que, por sinal, é oriundo exatamente daquela região em que se passa o romance de Paiva.

⁷ A trilogia de romances sobre a ditadura elaborados pelo autor foi completada posteriormente à publicação do estudo de Eurídice Figueiredo, em 2018, com o livro *Uma mulher transparente*.

autoficção, embora se deva salientar que haja muito mais elementos em tais romances, como no caso do de Fuks, no qual a busca de uma raiz perdida e constatação de uma história interrompida saltam ao primeiro plano⁸.

Além dos tópicos citados, há romances que Eurídice Figueiredo trabalha de modo específico. É o caso do romance de Ivone Benedetti, *Cabo de Guerra* (2016), narrado em primeira pessoa por um homem de 64 anos que, durante a ditadura, sucumbira à tortura tornando-se um “cachorro”, termo pelo qual era definido o agente de repressão infiltrado nas organizações de esquerda. O fato de ser narrado por um antigo agente do regime que, mesmo na velhice, não demonstra sentir culpa por seus atos torna o romance, de acordo com Eurídice Figueiredo, uma exceção na produção literária sobre a ditadura.

O romance *K. Relato de uma busca* (2011) de Bernardo Kucinski recebe um estudo específico da autora, para além das tópicas indicadas. Mas é possível encontrar elementos comuns dessa obra com os demais do mesmo período. Em certa medida há histórias cruzadas na narrativa de Kucinski, não só de duas – a do autor no presente, expressa em alguns momentos, com a de seu pai nos anos da ditadura – mas de três, pois incorpora também a do protagonista nos tempos de perseguição nazista na sua terra natal, a Polônia.

Embora o Araguaia não apareça como elemento central do romance, as organizações de luta armada são mencionadas, notadamente a Ação Libertadora Nacional (ANL). Além disso há o drama do desaparecimento e a difícil recomposição dos fatos que Kucinski elabora na busca do pai por informações da filha. A obra não deixa de ter aspectos do que Eurídice Figueiredo classifica como relatos memoriais, uma vez que o narrador, embora se ausente na maior parte do romance para dar lugar ao protagonista, acaba por realizar também seu registro, que se mostra na abertura e fechamento do romance.

Por fim, não nos parece forçoso entender *K.* também como próximo das obras que a autora considerou própria de “filhos do exílio”. O protagonista de Kucinski é, antes de tudo, um exilado, só que de tempos anteriores da Segunda Guerra. Além disso, e talvez mais importante, são as características de *autoficção* que assemelham *K.*, por exemplo, ao romance de Júlian Fuks.

Além destes pontos mais gerais, há aspectos pontuais presentes em *K.* que, como vimos, comparecem em outros romances. Desaparecimento, notícias falsas dos órgãos de repressão, o luto não realizado, as contradições e equívocos das organizações de esquerda, a ficcionalização

⁸ Tratando dos dois romances, Eurídice Figueiredo define “autoficção como uma categoria que mistura, conscientemente, deliberadamente, ficção e autorreferencialidade” (FIGUEIREDO, 2017, p. 116).

de acontecimentos históricos – exemplar na cena da reunião da Congregação do Instituto de Química da Universidade de São Paulo – e outros tantos situam o romance de Kucinski como um bom exemplo da produção literária do período atual que trata da memória da ditadura, pois reúne diversos elementos presentes nos demais romances que lhe são contemporâneos.

Em tal contexto, os trabalhos da CNV parecem ocupar um papel decisivo, não só porque fomentam uma retomada da produção ficcional sobre ditadura, a partir dos dados revelados, arquivos vasculhados e, sobretudo, dos testemunhos de muitos *superstes* daquele momento histórico, mas também porque se constituem como matéria histórica a ser elaborada esteticamente, seja de forma indireta, como no caso dos romances *Antes do passado* de Liniane Haag Brum e *Palavras cruzadas* de Guiomar de Grammont, quanto de forma direta em *Ainda estou aqui* de Marcelo Rubens Paiva.

Desse modo, há um elemento de ambiguidade no contexto contemporâneo, do qual o romance *K* é um bom exemplo: de um lado a efervescente busca por informações, elaboração de relatórios, depoimentos etc.; de outro, o sentimento de impossibilidade fruto do mesmo contexto, já que os trabalhos da CNV e das muitas comissões estaduais, se por um lado resultaram em um enorme arquivo, por outro não encontraram respaldo jurídico subsequente a ponto de haver a punição de agentes de repressão. Trata-se de uma espécie de elaboração limitada do passado que converte a potência de uma política de memória na reafirmação de uma política de esquecimento⁹.

MEMÓRIA E IMPOSSIBILIDADE NO ROMANCE *K* – *RELATO DE UMA BUSCA*

Publicada pela primeira vez em 2011, *K. Relato de uma busca* narra os acontecimentos que se seguiram ao desaparecimento de Ana Rosa Kucinski, professora do Departamento de Química na Universidade de São Paulo e militante da Aliança Libertadora Nacional (ANL), presa e desaparecida em 1974. O pai de Ana Rosa, o personagem *K*, é um imigrante polonês que passa a buscar obstinadamente informações sobre a filha. O romance ganhou notoriedade a partir de 2016, em sua quarta edição, já pela Companhia das Letras¹⁰.

⁹ Foge ao escopo do trabalho uma discussão mais detalhada sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, bem como sobre políticas de memória e justiça de transição. Para isso, recomendamos o trabalho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (BRASIL, 2011); de Caroline Bauer e de Carolina Ferrari acerca da comparação entre Brasil e Argentina (BAUER, 2011; 2014; FERRARI, 2016); e de Nashla Dahás sobre memória e espaço público (DAHÁS, 2019).

¹⁰ Como o livro e o personagem têm a mesma grafia, teremos o seguinte modo de apresentação: para o personagem, usaremos *K*; para nos referirmos ao livro, utilizaremos em itálico *K*.

Tentando refazer os passos e a própria história da filha, K descobre que conhecia pouco sobre ela, sua militância política e o casamento clandestino. Conhecia menos ainda a imensa teia de burocracia e violência que cercava a ditadura brasileira. Sem poder encontrá-la, o pai assimila, pouco a pouco, a provável morte da filha. Dessa forma, o romance conduz o leitor a se solidarizar não apenas com o pai que tem a filha desaparecida, mas também com todos os familiares que tiveram seus entes queridos arrancados do convívio e com os quais sequer puderam vivenciar o luto.

A barreira do silêncio e do esquecimento em torno dos presos políticos desaparecidos na ditadura alinhava dois planos na obra: o caso particular de uma família arrasada pela violência de Estado e a recente história da sociedade brasileira. Assim, a busca pela filha desaparecida remete K constantemente à memória da experiência com sua filha. E causa-lhe enorme sofrimento perceber, somente agora, o quanto ele estava imerso em seu mundo, a ponto de não perceber devidamente a própria filha, não compreender que:

Além do mundo que se vê e nos acalma com seus bons-dias boas-tardes, como vai tudo bem, há um outro que não se deixa ver, um mundo de obscenidades e vilanias. É nele que vicejam os informantes. Não fosse o sequestro da filha, K. nunca teria percebido esse outro mundo tão perto de si (KUCINSKI, 2016a, p. 30).

Tal limitação impediu que K percebesse os possíveis sinais de Ana Rosa e, por isso, não captou a força dos momentos simples. Perdido em seu mundo, K não notou a gravidade do momento da filha, ainda que soubesse algo do contexto político brasileiro.

Após anos de busca, K encontrará um relato concreto do desaparecimento e a confirmação da morte de Ana Rosa na visita a militantes político encarcerados no Presídio do Barro Branco, em São Paulo. Ao ouvir o relato sobre a morte da filha, K sente-se mal e é levado para uma das celas, a fim de repousar. Voltando a si, recorda do tempo em que estivera preso, perseguido pelo fascismo, ainda na Polônia.

Esta passagem representa a relação entre a perseguição política em contextos distintos. Há um estado de exceção permanente, semelhante ao que Walter Benjamin (2012) chamava de círculo *sempre-igual*. A ditadura brasileira não é, evidentemente, uma continuidade do nazismo, mas a obra faz ver que entre a Polônia do início do século XX e o Brasil, do final, o caráter de exceção é similar.

Neste sentido, a literatura cumpre um papel fundamental de rememoração. Evidentemente, isto não substitui a historiografia do período, como já sinalizamos. Ainda que

contribua para o conhecimento da história recente do país, o romance não propõe a reconstrução dos fatos, mas sim a elaboração do vivido por meio da arte. Não por acaso a nota ao leitor no romance de Kucinski nos adverte sobre o elemento ficcional da narrativa, imbricada no contexto histórico que o produziu: ‘Tudo nesse livro é invenção, mas quase tudo aconteceu’ (KUCINSKI, 2016a, p. 11).

Por isso *K* se apresenta como obra paradigmática: assim como o pai de Ana Rosa, estamos ainda como país em busca da memória daquilo que aconteceu. É como se, em termos coletivos, em dos limites da historiografia oficial, não vimos o que de fato aconteceu. São dois planos que se desenvolvem: uma história contada, estabelecida; submersa a ela, elementos que deliberadamente são postos de lado. Ao buscar pela filha, *K* vai descobrindo o que acontecia.

O que resta dos rastros que Ana Rosa foi obrigada a apagar são as pistas a partir das quais o pai tenta remontar o quebra-cabeças. A tarefa de *K* é a mesma do historiador apontada por Jeanne Marie Gagnebin (1998, p. 219): “é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar em suma contra a mentira [...]”. A esta tarefa se associa a coragem de quem busca pelos desaparecidos já que “um pai à procura da filha desaparecida não tem medo de nada; pouco lhe importa o que possa acontecer, depois do que já aconteceu” (KUCINSKI, 2016a, p. 92).

Cabe ainda mencionar que o texto de Kucinski é entrecortado de formas discursivas diversas, como cartas, documentos etc. Além disso, a voz narrativa se alterna diversas vezes. Destaquemos uma dessas situações quando o autor, em exercício de intertextualidade, nos propicia ouvir a própria Ana Rosa em carta escrita a uma amiga. O *texto* aludido por Ana é o filme “O anjo exterminador”, lançado em 1962 por Luis Buñuel. Em um comentário que oscila entre a resenha e a impressão pessoal, Ana relata à amiga:

Tem alguma coisa muito errada acontecendo, mas não consigo definir o que é. Sabe, uma coisa é a gente sonhar e correr riscos, mas ter esperanças, outra coisa muito diferente é o que está acontecendo. *Uma situação sem saída* e sem explicação, direitinho como no filme de Buñuel. Uma tensão insuportável e *sem nenhuma perspectiva de nada* (KUCINSKI, 2016a, p. 48, grifos nossos).

Este ponto nos parece central para o entendimento do contexto brasileiro pós-ditadura. A obra reflete, por meio de sua forma literária, uma situação “sem saída”, uma impossibilidade asfixiante. Isso se mostra no relato de Ana Rosa, na busca de seu pai à exaustão e sem sucesso, no fechamento das instituições. O que restou após o extermínio dos grupos guerrilheiros, último

foco de resistência à ditadura, parece ter sido um silêncio absoluto, um muro intransponível. A ditadura havia exercido o papel, a partir do relato de Kucinski, de um “anjo exterminador”.

Uma última consideração sobre memória. Entre as impressões diante da publicação de *K*, apresentadas na contracapa do livro da 4ª edição, chama a atenção a de Berta Waldman (2013, p. 6): “O livro de Bernardo Kucinski, além do testemunho de um período terrível de nossa história, é também a tão almejada lápide de Ana Rosa”. A realidade de milhares de pessoas desaparecidas nas inúmeras ditaduras por toda a América Latina durante é esta: a impossibilidade de serem veladas, a não experiência do luto pelas pessoas queridas.

Como recorda Gagnebin (1998, p. 219), “a palavra grega *sêma*”, ao mesmo tempo significa “tempo, túmulo e signo” num “indício evidente de que todo o trabalho de pesquisa simbólica e de criação de significado é um trabalho de luto”. Por isso, ter uma lápide em que se registra o nome de um desaparecido pela ditadura é mais do que um ato de justiça: é o fechamento de um ciclo de esquecimento, é um registro efetivo da existência da pessoa.

Em analogia, o desejo de *K* em dar à filha um túmulo expressa a enorme tarefa que temos como sociedade de velar os nossos mortos, em vivenciar o luto por eles. Trata-se de reconhecer que existiram. Como parte de uma imensa gama de obras ficcionais sobre a ditadura, *K. Relato de uma busca* chega em nossas mãos exatamente no contexto de maior expectativa de elaboração do passado ditatorial, simbolizada na Comissão Nacional da Verdade (CNV). Por isso, cabe a incômoda pergunta: a situação de impotência do protagonista, como voz representativa de todos os que perderam entes queridos na ditadura, terá ou não encontrado resposta político-institucional adequada? Ou de outra forma: o exercício rememorativo que a literatura propicia, ao nos trazer a história de Ana Rosa, tem sido acompanhado de uma política de memória por parte do Estado brasileiro? É desconfortável ter de responder negativamente.

As páginas finais do livro são, nesse sentido, exemplares. Após quatorze meses de busca, *K* encontrará informações concretas do desaparecimento e a confirmação da morte de Ana Rosa por meio de militantes políticos encarcerados no Presídio da Academia do Barro Branco, em São Paulo. Ao entrar, *K* recorda, como dissemos, a época de juventude, quando fora preso na Polônia.

Naquela prisão polonesa ele descobriu a importância dos cigarros e barras de chocolate. Era o que ele trazia agora, aos presos do Barro Branco. Levava na sacola a sua identificação, a sua memória, a sua prestação de contas; um ciclo de vida se completava, o fim tocando o início e no meio nada, cinquenta anos de nada (KUCINSKI, 2016a, p.160).

As duas temporalidades da narrativa, a do pai e a da filha, parecem se cruzar. Mais que isso: a história de ambos toca também a nossa temporalidade, tornando o romance um grito que atravessa as décadas. Ao ouvir o relato sobre a morte da filha, K sente-se mal e é levado para uma das celas, para repousar. Ao voltar a si, contempla a janela de grades e se recorda desta mesma situação em sua juventude, quando estivera preso, perseguido pelo fascismo. Esta cena representa bem a relação entre a perseguição de hoje e a de ontem.

Depois suas pálpebras se abriram e ele percebeu ao seu redor os presos políticos; avistou atrás deles, no alto da parede dos fundos, a familiar janelinha gradeada da cela trazendo de fora promessas de sol e liberdade. Sentiu-se em paz. Muito cansado, mas em paz. Estendeu aos presos o pacote de cigarros. Depois, suas mãos se abriram e seus olhos se cerraram (KUCINSKI, 2016a, p.162).

A narrativa de Kucinski aponta para essa contradição: um passado ditatorial sobre o qual ainda não nos debruçamos como nação da forma que deveríamos; um presente em que as promessas de sol e liberdade encontram dificuldade em se realizar. Para sermos mais exatos: um presente de sombras.

UM PASSADO QUE NÃO PASSA – BREVES NOTAS SOBRE O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Evidentemente não cabe à literatura resolver os problemas da sociedade. Muito menos a análise rigorosa sobre ela que é própria das ciências sociais. Mas a arte literária elabora esteticamente a mesma matéria de que tratam tais ciências, daí a sua pertinência. Por isso, não é o caso de encontrar em livros como os de Bernardo Kucinski chaves teóricas adequadas para uma compreensão dos limites da Nova República, mas sim de buscar elementos que nos ajudem a compreender o contexto histórico em que foram escritos.

Nesse aspecto, fica patente, nas referidas obras, o sentimento de *impossibilidade*. Que sentido faz falar de redemocratização num país que não elaborou seu passado ditatorial? Que pensar da Justiça brasileira que acoberta, vergonhosamente, os crimes e admite elementos tão antagônicos como defesa dos direitos humanos e manutenção da Lei de Anistia? São algumas das questões que vêm, neste caso, da literatura, com toda a força que, muitas vezes, as ciências sociais não alcançam.

Parece-nos que o romance de Kucinski fornece um cenário de intensa problematização daquilo que nos tornamos depois da ditadura. Que esperar de um país em que se pode proclamar um sistema de Justiça sem justiça? Que dizer da Nova República que não efetiva o espírito

republicano? Que reflexão nos provoca o ardoroso trabalho da Comissão da Verdade num país que ratifica a cada 31 de março a mentira? Que elementos nos fornece a literatura de memória sobre o contexto 2010-2016 para a compreensão de num país sem política de memória?

Nesse sentido, os limites da literatura e os limites da Nova República se confundem. Dizendo de outro modo: o sentimento de impossibilidade que nos traz a narrativa literária é expressão da dificuldade concreta que o país vive em elaborar seu passado ditatorial. A tal ponto que em obras como a de Kucinski comparecem dois elementos sintomáticos de nossa história recente. O primeiro deles refere-se à crítica à luta armada, que guarda parentesco com os romances de *O que é isso companheiro* (1979), de Fernando Gabeira, e *Os carbonários* (1980) de Alfredo Sirkis. Naqueles romances foi marcante a tentativa de balanço sobre a radicalização da esquerda e, ainda que exaltando os traços heroicos, em estilo aventura, ganhou espaço a interpretação de que a luta armada teria sido um arroubo juvenil.

Não por acaso, Kucinski lança mão no seu romance de uma leitura *ex-post facto* da luta armada. Isto se mostra, de forma candente, em uma parte do romance que trata da chega iminente da polícia a um ponto, no qual Ana Rosa e o marido se escondem:

O que fazer? Meses antes, quando o chefe caiu, a solução teria sido simples. Teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta. Recolher tudo. Poupar-se para embates outros, no futuro. Esta manhã a solução já não é fácil, embora o caminho seja o mesmo, o único e menos complicado do que parece. Reconhecer a derrota. Pronto, acabou. Perdemos. Não tem mais luta. Queimar os papéis, abandonar os planos, destruir as pistas, ignorar todos os pontos, não atender telefone, cortar os contatos. Mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota (KUCINSKI, 2016a, p. 27).

O outro elemento que merece destaque, um pouco mais sutil, é o deslocamento do drama para âmbito familiar. Toda a busca de K e seus encontros com outros familiares que também perderam entes para a ditadura refletem a esperança de, ao menos, prestar uma homenagem, um enterro simbólico ou qualquer coisa que possa aplacar a dor.

Isto é exemplificado na parte que narra a visita de familiares a um loteamento, no qual um vereador de esquerda conseguira dar a cada rua o nome de um desaparecido político:

Os familiares, não mais que quinze, a maioria de São Paulo, reuniram-se defronte ao Hotel Glória, de onde seguiram por micro-ônibus até o loteamento do outro lado da ponte Rio–Niterói. Foi uma viagem demorada. Embora exausto, cansado de tudo, até de viver, K. decidira participar da homenagem à filha e ao genro. Na chegada, houve uma pequena cerimônia [...]. Estavam todos emocionados. [...]. Já baixava a noite quando retornaram. Para trás ficou o único reclame vistoso do lugar, o do loteamento

em grandes letras vermelhas contra fundo verde: “Vila Redentora” (KUCINSKI, 2016a, p. 149-150).

As duas passagens são suficientes para se constatar que, embora esteja presente a denúncia dos crimes e a crítica àquele regime, o deslocamento do drama para o âmbito familiar e a ênfase nas divisões da esquerda acabam por indicar certa resignação.

O que isto tem a ver com o nosso tempo? Ora, a resignação será maior na medida em que o conhecimento histórico do passado for menor. Dito de outro modo: se tomamos a luta armada como mero arroubo juvenil de uma geração, perderemos de vista todo o contexto histórico que levou à ditadura e, mais que isso, deixaremos de apontar o regime repressivo e violento ao qual a luta armada se contrapôs. Em complemento, se entendemos que o que resta aos parentes de mortos e desaparecidos tratarem seu sofrimento no âmbito familiar retiraremos toda a responsabilidade do Estado brasileiro em assumir e reparar os crimes cometidos por seus agentes.

Por isso a importância da memória e da história. Em outros termos, a geração mais jovem que não teve acesso a obras historiográficas consistentes sobre a ditadura, a guerrilha, a abertura política etc., ao ter contato com obras como a de Kucinski, sem um estofo crítico, poderá ficar *apenas* com a resignação. Se isso ocorrer, será mais uma vitória da Anistia.

Não bastassem esses dois elementos, temos um terceiro. Este não comparece, via de regra, na literatura de memória da ditadura, mas ganhou força, sobretudo, a partir de 2016, com o avanço do reacionarismo político no Brasil, não por acaso, em contraponto ao que a Nova República, ainda que nos seus limites, havia logrado. Referimo-nos àquilo que pode ser nomeado de revisionismo histórico, o que no nosso caso, implica em reinterpretar a ditadura como um suposto momento áureo e heroico. Fatos dos últimos anos poderiam ser citados aos montes, para tristeza de qualquer espírito democrático com senso histórico. Restringimo-nos a dois.

No dia 17 de abril de 2016, a sessão da Câmara de Deputados que julgava a abertura do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff forneceu um dos espetáculos mais grotescos da cena política brasileira. Desfilaram posicionamentos dos mais bizarros, corporativistas, patrimonialistas e antirrepublicanos. Um deles, porém, merece ser lembrado. O então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), ao se posicionar favorável ao processo, prestou homenagem ao Coronel Brillhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e reconhecido torturador,

tendo sido o primeiro oficial condenado em ação declaratória por sequestro e tortura, ainda que tenha morrido sem ter sido preso pelos crimes. O voto do deputado foi dado *em memória* do Coronel (WENTZEL; BARBA, 2016). Não por acaso, desde aquele processo de impeachment tornou-se cada vez mais comum a defesa de intervenção militar no Brasil por setores reacionários.

Três anos depois, já como presidente da República, Jair Bolsonaro recebeu no Palácio do Planalto o Tenente-Coronel reformado do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o famoso “Major Curió”, nome simbólico da tortura do regime militar, tendo participado ativamente da repressão à guerrilha no Araguaia. Anos antes, o tenente-coronel havia reconhecido a execução de dezenas de militantes de esquerda quando eles já estavam presos e sem condições de reação. Como Ustra e tantos outros fizeram, Curió recorreu por anos à Lei de Anistia, que impede o avanço de ações penais. Um dos filhos do presidente, ao comentar o encontro, postou em suas redes sociais: “Dia de dois amigos se encontrarem e dizer FORÇA” (VALENTE, 2020).

Estes exemplos, somados a inúmeras manifestações do ex-presidente e seus apoiadores em nome da volta da ditadura, defesa do AI-5 e outras aberrações, indicam a gravidade do contexto contemporâneo, no qual estão suspensas quaisquer possibilidades de elaboração efetiva da ditadura, da supressão da Lei de Anistia e a consequente punição dos crimes do regime. Mal conseguimos, no último aniversário do Golpe de 1964, denunciar o que de fato ocorreu.

As permanentes manifestações antidemocráticas reivindicando fechamento do Congresso Nacional, intervenção militar e a volta do AI-5 nos fazem recordar a reflexão de Theodor Adorno sobre o nazismo. Parafraçando o filósofo, não sabemos dizer o que é mais ameaçador: se a sobrevivência de resquícios da ditadura *na* democracia ou a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia.

A propósito, há uma cena marcante no final de outro livro de Kucinski intitulado *Os visitantes* (KUCINSKI, 2016b), que forma um díptico com o romance *K*. O autor encerra o romance retratando uma reportagem de televisão com um ex-delegado de polícia e ex-integrante de um grupo de extermínio durante a ditadura. O entrevistado fala do livro que prepara no qual revelará o destino de vários ativistas desaparecidos durante o regime. O narrador de *Os visitantes* assiste ao programa junto a sua ex-esposa.

O ex-delegado expõe o plano de extermínio de corpos, especialmente após 1973. Entre as formas adotadas estava a incineração em grandes fornos de usina na propriedade de

fazendeiros simpáticos ao regime e avessos aos movimentos de luta pela terra. A certa altura, o entrevistado se refere ao casal Ana Rosa e o marido e confirma que foram incinerados.

O procurador de justiça que também participava do programa argumenta, porém, que a confissão parece muito conveniente. E explica que enquanto não se encontrar o corpo de um desaparecido, o crime está fora do âmbito da Lei de Anistia; por outro lado, se for aceito como verdade o fato de que os corpos foram incinerados os criminosos se safam, ganhando a imunidade da mesma Lei. Evidencia-se com toda força o paradoxo de um sistema judiciário que ao tempo que afirma o Estado de direito recusa-se a enfrentar definitivamente os crimes ditadura. A ponto de os crimes serem confessados convenientemente, porque há o pressuposto da impunidade.

Fecha-se o romance com o autor e sua ex-esposa de mãos entrelaçados. Demonstra-se uma vez mais o que se pode fazer sobre crimes da ditadura no Brasil: sua elaboração no âmbito familiar. Por consequência, fica assim também sinalizado o *máximo* que a literatura de memória da ditadura pode realizar.

De modo semelhante, assistimos nos últimos anos a defesa aberta da ditadura, a ocupação do poder pelas Forças Armadas. Ficamos estarrecidos diante do espetáculo de horror que se passa na nossa frente. Damos as mãos a quem está do nosso lado e, diante de tanta negação do que foi o passado, refugiamo-nos na certeza de que sabemos quão nefasta foi a ditadura. Sabemos a verdade. Mas quando uma civilização se deteriora e o dever de memória fica restrito ao âmbito familiar ou de pequenos grupos é porque não estamos bem. Vigora ainda o mal de “Alzheimer nacional” com que Kucinski abria o romance *K*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos importante reforçar que a ditadura brasileira ainda consiste em um enorme desafio de *elaboração do passado* em nosso país. Bernardo Kucinski, no prefácio de *K*., fala das cartas que continuam chegando para Ana Rosa, mesmo depois de décadas, como um sinal do passado que permanece a retornar no presente.

O caso de Ana Rosa, trazido à luz pelo romance de Bernardo Kucinski, é um entre centenas. Discutir a necessária justiça à memória de Ana Rosa e à geração que lutou contra a ditadura significa perguntarmo-nos hoje, na realidade concreta em que vivemos, o que nos cabe fazer. Os tempos atuais, de recrudescimento de um conservadorismo político atroz e de enfraquecimento das instituições democráticas, pede de nós uma atitude: é preciso que não nos calemos. Assim como ontem outros se ergueram contra a ditadura. De outro modo não poderão

descansar os mortos, porque suas vozes do passado não terão encontrado eco no presente por meio de nossas vozes.

A cumplicidade entre as gerações de hoje e a dos que tombaram sob a ditadura deve ser evocada como critério de uma leitura histórica *a contrapelo*. Nas trilhas de Walter Benjamin, é preciso considerar que os *vencidos* de ontem gritam por meio das vozes dos que lutam hoje.

O estudo de obras literárias se mostra uma ferramenta fundamental para o exercício da memória dos tempos de ditadura no Brasil. Além disso, tal estudo pode servir também como forma de resistência a manifestações políticas que, ainda hoje, insistem em reafirmar aquele regime político como legítimo, não obstante sua incontestável ilegalidade, violência e crueldade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. O arquivo e a testemunha. (Homo Sacer III). Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAUER, Caroline Silveira. As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das rememorações dos golpes civil-militares. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, ANPUH, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**. Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. 2ª ed. Porto Alegre, Medianiz, 2014.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização de João Barrento (Edição do Kindle). Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil. **Justiça de Transição. Manual Para a América Latina**, 2011, pp. 73-133.

BRITO JÚNIOR., Antonio Barros de. A literatura e o local da diferença: entre testemunho e arquivo. **Revista Landa**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 60-82, 2013.

CAMPOS, Laura Barbosa. Clémence Boulouque: a narrativa de filiação como escrita do trauma. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 42, set.-dez. 2017.

DAHÁS, Nashla. Historiografia da ditadura, memória e espaço público. O cone sul em perspectiva. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**. Recife, ANPUH, 2019.

FERRARI, Carolina. O papel das Comissões da Verdade na agenda da justiça de transição: uma análise comparada da Argentina e do Brasil. **RICRI**. João Pessoa, v. 3, n. 6, p. 188-214, 2016.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2017.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 43, p. 179-190, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, p. 213-221, nov. 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **K. Relato de uma busca**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

KUCINSKI, Bernardo. **Os visitantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

OLIVEIRA, Manoela Hoffmann. Crítica ao conceito *Bildungsroman*. **Revista Investigações**. Recife, v. 1, p. 1-39, 2013.

VALENTE, Rubens. Fora da agenda, Bolsonaro recebe Curió, símbolo de assassinatos na ditadura. **UOL – Coluna**. 04/05/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/05/04/bolsonaro-curio-audiencia-agenda.htm> Acesso: 06 jun. 2020.

VECCHI, Roberto. O passado subtraído da desapareção forçada: Araguaia como palimpsesto. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 43, p. 133-149, 2014.

WALDMAN, Berta. O texto como lápide. **Cadernos de Língua e Literatura Hebraica**. São Paulo, n. 11, p. 1-6, 2013.

WENTZEL, Marina; BARBA, Mariana Della. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News**. 20/04/2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso: 05 jun. 2020.